

Foi em 25 e 26 de Agosto de 1961 que o então governador do Rio Grande do Sul, Leonel de Moura Brizola, começou a defender a legalidade, com uma resistência democrática justificável a todos os propósitos, apesar de envolver uma resistência armada. Criou um movimento cívico para dar posse ao vice-presidente Jango Goulart, como determina a Constituição com a renúncia do presidente (Jânio Quadros havia renunciado a 25 de agosto), e os ministros militares haviam vetado a posse do vice, eleito autônoma e separadamente em voto direto por milhões de eleitores, como se fazia então o processo eleitoral.

Era a resistência primeira à ânsia do golpismo.

O ansiado golpe, que só viria anos depois, no 1º de Abril de 64, que, ao corrente da situação, o próprio presidente tentou dar, antecipando-se, (como haviam feito os militares em 55) com a esperança de tornar-se ele próprio seu sucessor (só que com novos e alargados poderes) o que não se deu, bem como não teve êxito a ação militar dos centros de poder das forças armadas em vetarem o nome de Jango, um latifundiário com simpatias à esquerda, não um homem de esquerda, mas que, como vice-presidente, era quem tinha o Direito e o dever de ser empossado.

A voz do povo falou mais alto.

Preparado em detalhes, o golpe de Jânio tinha como primeira medida ver afastado o vice (Jânio havia mandado Jango em missão comercial para a China, o mais longe possível do Brasil, afastando-o de poder esboçar qualquer reação), e como segunda o veto ao nome do vice, previamente combinado com seus ministros das forças armadas (Jango foi vetado pelos três ministros militares) e, por fim, como elemento catalisador para o golpe, sua renúncia.

Posto em marcha o plano do golpe, restava esperar que o vazio democrático que este criaria, viesse a dar espaço a um governo forte (na triste tradição republicana brasileira) para abrir espaço ao retorno de Jânio com poderes alargados, e, no caso dos militares (A junta: Denys-Heck-Moss) apoiarem outro nome, por não haver consenso, ou a situação não o permitir (como foi o caso), ao menos instituírem um novo regime, o que efetivamente ocorreu. E o Brasil foi parlamentarista por uns poucos anos.

Reagindo contra o golpe iminente, as forças democráticas movimentaram-se, mas havia pouco a fazer, o país estava dividido, assim como os militares em geral, e a possibilidade de uma ditadura estava bem próxima. Esperava-se pela reação militar para ver a correlação de

forças, e no que iria dar a movimentação dos dois lados. Entretanto muitos militares apoiavam a legalidade, tendo o ministro da guerra mandado prender alguns dos mais importantes líderes militares contra o golpe, inclusive o Marechal Lott. E implantaram a censura (Telefones, telégrafos, rádios) e Lacerda, no governo do Rio (o então Estado da Guanabara/Cidade do Rio de Janeiro), valia-se de seu jornal para criar uma corrente de opinião favorável ao golpe, ao mesmo tempo que as forças janistas se movimentavam pelo retorno do presidente que renunciara, o processo estava conflagrado.

A difícil reação e resistência ao golpe patrocinado pelo poder instituído, só tinha uma força absoluta a seu favor: A OPINIÃO PÚBLICA NACIONAL.

Dar voz aos distantes.

A inglória tarefa de permitir que essa opinião do povo fosse ouvida, era uma ação praticamente impossível, enquanto isso as forças do golpe movimentavam-se céleres. O povo estava distante do poder e de poder fazer valer sua vontade, ou ser ouvido, suas opiniões eram expressas na família, em suas casas, com os amigos, com os colegas de trabalho, lugares distantes da decisão política, e por lá ficavam, como que esquecidas. Como fazer esta opinião vir ao de cima e se manifestar efetivamente? Fazer-se ouvir, e ser apreciada, contando na decisão que deveria ser tomada? [Como sempre estava em jogo o modelo econômico brasileiro: os do golpe queriam, repito, como sempre, 1- A desvalorização da moeda. 2- Corte dos gastos/eliminação dos investimentos públicos 3- Restrição ao crédito/fim dos subsídios, a eterna receita do FMI, e eram ainda Contra a Reforma Agrária (que afinal até hoje nunca se realizou)]. Como manter a mobilização pela posse de Jango, a legalidade ? Como fazer isso a nível nacional?



A solução concebida pelo Governador do Rio Grande do Sul, Leonel Brizola, foi, através de uma cadeia de emissoras de rádio (que era o meio de comunicação mais eficaz então, a

televisão estava se implantando) manter no ar permanentemente o assunto, foi assim que nasceu a *Cadeia Radiofônica da Legalidade*, para dar voz ao movimento de resistência que surgia, e resistir com as forças das armas, se necessário, ao mesmo tempo contactar todos os elementos representativos por todo o país concitando-os a que resistissem ao golpe.

E assim foi.

Resistiram, os golpistas tiveram de esperar mais quatro anos para consumarem seu golpe, e fizeram-no mais organizadamente, para poderem estabelecer uma ditadura militar, como fizeram. E ficaram no poder por duas décadas, e nós continuamos resistindo, até que, eles vendo que a resistência era forte, e que não se iriam manter, abriram o poder, permitindo a volta dos exilados, dos perseguidos e torturados, que tendo resistido, ou tiveram que sair do país, ou ir para a clandestinidade.

Três gerações já.

Da minha vida são já sessenta anos, onde, quando chegou minha vez, tive de escolher um lado, no qual me mantenho, e resistir, e vamos continuar resistindo, como sempre.